

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.013 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 2000

Plenário debate gastos com câmaras

Vários senadores se manifestaram ontem em plenário pela aprovação da proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores.

Para Eduardo Suplicy, o texto enviado pela Câmara, depois de alterar proposta do Senado, é melhor que o original. José Eduardo Dutra e Paulo Hartung discordam, entendendo que o texto do Senado era melhor, mas ambos reconhecem avanços na proposta aprovada pelos deputados e defendem sua aprovação.

PÁGINA 5



Os integrantes da CAE pretendem saber em que condições as ações foram transferidas para o consórcio francês.

CAE quer esclarecer venda de ações da Embraer

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ouvir o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida

Baptista, e o presidente da Embraer, Maurício Botelho, sobre a venda de 20% das ações da empresa a um consórcio francês.

PÁGINA 6

Audiência pública discute uso de armas

PÁGINA 3

CCJ define crimes de responsabilidade dos magistrados

Extraviar documentos, favorecer uma das partes de processo judicial e fixar indenização desproporcional são alguns dos delitos tipificados

Com 11 votos favoráveis, os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem projeto de lei, de autoria do senador Paulo Souto, que define os crimes de responsabilidade cometidos pelos magistrados. Além dos delitos já previstos atualmente, o projeto tipifica como crimes o extravio de documentos ou processos, o desrespeito a regras jurisdicionais, o favorecimento a uma das partes de um processo judicial e a condenação da Fazenda Pública

ao pagamento de indenização desproporcional ao valor do bem. O presidente da CCJ, José Agripino, concedeu vista da emenda

constitucional que transfere para o Supremo Tribunal Federal a competência de julgar desembargadores e juízes.

PÁGINA 8



Não houve consenso na CCJ quanto às novas regras para julgamento de juízes.

Comissão vota hoje relatórios setoriais do Orçamento 2000

Análises parciais dos congressistas servirão de base para o trabalho final do relator Carlos Melles. Mais de seis mil emendas à proposta original foram aproveitadas

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 10h, para votar os dez relatórios setoriais do Orçamento 2000, que, após aprovados, formarão a base do relatório final do deputado Carlos Melles (PFL-MG).

Os nove relatórios setoriais já publicados mostram que os parlamentares apresentaram, ao todo, mais de seis mil emendas à proposta original que veio do Poder Executivo. Se as emendas fo-

rem aprovadas como estão, representarão um acréscimo de 0,03% sobre o total de dotações orçamentárias inicialmente previstas.

Conforme o parecer preliminar do deputado Carlos Melles, o projeto de lei orçamentária a ser votado fixa receitas no valor de R\$ 229,21 bilhões e despesas de 200,75 bilhões, mantendo a política fiscal restritiva do Executivo.

O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-



Mestrinho: relatório final será apreciado pela comissão antes do final da convocação extraordinária

AM), disse que, após a votação dos relatórios preliminares, o relator deverá consolidá-los numa só proposta e submetê-la aos plênários da comissão e do Congresso antes do fim da convocação extraordinária, dia 14 de fevereiro.



Suassuna: empresas que investem no social são injustiçadas pela opinião pública

Suassuna propõe que empresas apresentem demonstrativo social

Projeto apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), e que será examinado após o período de convocação extraordinária pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, determina que as empresas publiquem junto com seus balanços uma demonstração social, onde estarão todos os gastos que fizeram no ano em benefício da coletividade. Os números dessa demonstração têm de ser assinados e comprovados pelo contador responsável de cada empresa.

Constarão do novo quadro informações sobre valores arrecadados em impostos, contribuições

sociais, número de empregados, valor total de salários, recolhimento de FGTS e gastos com alimentação, saúde e previdência dos funcionários. Recursos doados a instituições científicas, culturais e esportivas, além de despesas com a proteção do meio ambiente, também farão parte do demonstrativo social.

Suassuna justifica seu projeto lembrando que as empresas são atacadas por pessoas desinformadas, as quais acreditam que as companhias buscam apenas o lucro. A publicação do novo quadro valorizará o papel das empresas na sociedade, acrescenta o senador.

Osmar Dias quer mudar índice de correção das dívidas estaduais

Projeto de lei apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) prevê que os governos estaduais paguem suas dívidas renegociadas com a União corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pelo IBGE. Até agora, a legislação prevê o uso do IGP – Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas.

Osmar Dias argumenta que não se justifica mais empregar o IGP depois que o próprio governo passou a usar o IPCA como meta inflacionária:

– Além do mais, com a desvalorização cambial, o IGP tornou-se sistematicamente superior ao IPCA. Enquanto o IPCA registrou em 1999 uma variação de 8,29%, o IGP apresentou uma variação, no mesmo período, de 18,52%. Com isso, impôs um custo adicional e injusto aos estados na rolagem de suas dívidas – sustenta o senador paranaense.

Para se ter noção do impacto

causado pelo emprego do indexador atual, para cada R\$ 100 milhões de dívida de cada estado, ela tem um crescimento adicional de R\$ 10 milhões por conta do índice da Fundação Getúlio Vargas. Osmar Dias lembra ainda que, nos anos seguintes, a dívida estadual aumenta ainda mais por conta do IGP, pois são cobrados pelo governo federal novos juros sobre os R\$ 10 milhões adicionais.



Osmar: o próprio governo já adotou o IPCA como medidor do índice inflacionário

Sancionado projeto do rito sumariíssimo

O presidente da República sancionou ontem projeto de lei que institui o procedimento sumariíssimo nos processos trabalhistas cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo. Estão excluídas desse procedimento as demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica e fundacional.

Oriundo da Câmara, o projeto foi aprovado no dia 2 de dezembro pelo Senado, onde recebeu parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO). De acordo com a nova lei, a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias de seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial das juntas de Conciliação e Julgamento.

Na opinião de Moreira, uma das vantagens do rito sumariíssimo nos processos trabalhistas é evitar que os empregados sejam compelidos a aceitar acordos desvantajosos.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 2000

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 15A/98, que altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição federal (gastos com legislativos municipais).

COMISSÕES

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais do Orçamento para 2000 (PL nº 20/99- CN). Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados
Após Ordem do Dia – Audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Relações Exteriores e Defesa Nacional.
Pauta: *PLS nº 292/99, que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; *PLS nº 386/99, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; e *PLS nº 614/99, que proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional.
Plenário do Senado

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Sexta-Feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Marcos Magalhães
Editores: Djalba Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Audiência pública discute hoje proibição de armas

CCJ e CRE reúnem-se conjuntamente para analisar três projetos tratando do controle da produção, comércio e venda de armamentos no país. Governador do Rio já confirmou presença no debate

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizam hoje uma audiência pública conjunta para discutir os três projetos que estão tramitando nas comissões e que visam regular a fabricação, o comércio e o porte de armas de fogo. A sugestão foi do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator dos projetos na CCJ, que pretende assim aprofundar os debates em torno da matéria.

Já confirmaram suas presenças o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho; Rubens César Fernandes, do projeto Viva Rio; Carlos Roberto Paranhos Mugel, presidente da Taurus e da Associação Nacional de Indústrias de Armas e Munições; Antônio Marcos Moraes de Barros, ex-vice-presidente da Taurus, e José Fauri, especialista internacional em armas, que serão ouvidos sobre o assunto. Renan Calheiros pretende que sejam ouvidos, ainda, o diretor da Polícia Federal e representantes da OAB e da CNBB. Ele considerou louvável que o Senado esteja disposto a discutir o assunto e não aprovar a proibição de venda de



Renan Calheiros, relator das propostas, sugeriu a realização da audiência pública

armas precipitadamente.

O relator da matéria na CRE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), já apresentou um substitutivo aos três projetos e, como Calheiros, pede que o plenário reflita e não vote precipitadamente. Calheiros considerou importante levar em conta as especificidades das diversas regiões do país e acrescentou que a lei, para ser eficaz, precisará de adaptações.

Iris acredita que proposta não resolverá problema da violência

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) acredita que a aprovação de projetos proibindo comercialização ou porte de armas de fogo não irá acabar com a violência no país. "Temo que a opinião pública se veja frustrada quando perceber que o problema da criminalidade tem raízes mais profundas que não serão destruídas com projetos desse tipo."

Ex-ministro da Justiça, Iris afirma que a maior parte dos crimes no país é cometida com armas contrabandeadas e de fabricação estrangeira. "Controlar produção e comercialização de armas nacionais não terá efeitos sobre essa situação. Resultará, isso sim, em entregar de mão beijada os cidadãos, agora desarmados e indefesos, à sanha dos criminosos", ressaltou.

Iris Rezende afirma que, sem a participação efetiva de estados e municípios, não será possível melhorar a segurança pública. "É necessária uma ação coletiva. Em breve, trarei sugestões para uma solução mais global, mas desde já afirmo que a convocação extraordinária não é o momento adequado para votar 'a toque de caixa' uma legislação proibindo fabricação ou porte de armas de fogo."

Para Iris, a solução começa com o domínio efetivo das fronteiras pela Polícia Federal. "Esse é o primeiro passo



Iris: combate à violência deve começar pelo controle das fronteiras pela Polícia Federal

para coibir o contrabando de armas e o tráfico de drogas." Ele pregou um amplo debate sobre segurança pública que examine medidas para melhorar as polícias Civil e Militar, reequipar a Polícia Federal e procurar meios para a participação das Forças Armadas no combate à violência e à criminalidade, conclui.

Em apartes, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Jader Barbalho (PMDB-PA) concordaram com a necessidade do Senado promover um esforço conjunto para procurar soluções para a violência e a segurança pública.

Suplicy condena idéia de transformar ex-presidentes em senadores vitalícios

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou-se ontem contrário à proposta de transformar ex-presidentes da República em senadores vitalícios. Ele lembrou que desde a primeira Constituição republicana, em 1891, ficou estabelecida a eleição direta para senadores e somente na emenda de 1977, do presidente Ernesto Geisel, surgiram os chamados "senadores biônicos".

Para Suplicy, as recentes declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso favoráveis à figura do senador vitalício não foram felizes. "Ele se esqueceu de que o atual título de Augusto Pinochet, ex-ditador do Chile, é justamente senador vitalício. Também não se lembrou do memorável discurso de Afonso Arinos de Mello e Franco, então deputado, contestando essa idéia que, na época, beneficiaria Juscelino Kubitschek."

A proposta, lembrou o senador, foi rejeitada pelo Senado e JK foi posteriormente eleito senador, em votação consagrada. "Da mesma



Eduardo Suplicy fez relato histórico e lembrou dos senadores "biônicos" indicados por Geisel

forma, os ex-presidentes Getúlio Vargas e José Sarney se elegeram senadores ao deixarem a Presidência. Se FHC quiser continuar na vida pública, esse será certamente o melhor caminho."

Suplicy disse estar informado de

que o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentará proposta de emenda constitucional transformando ex-presidentes da República em senadores-conselheiros, com direito a voz, mas não a voto. "Na hora da votação, para onde irão? Para seus gabinetes ou para o cafezinho?", perguntou.

Jucá respondeu que sua motivação para criar a figura do senador-conselheiro foi "buscar caminhos democráticos para que ex-presidentes tenham liberdade para continuar atuando politicamente, beneficiando o país com sua experiência, e tendo a proteção da imunidade parlamentar".

Em aparte, os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS) discordaram da idéia. "Agora não temos mais generais-presidentes, mas há Fernando Collor que, no final de 2000, terá cumprido seu prazo de oito anos de suspensão de direitos políticos. Ele não foi condenado pelo STF. Como fica sua situação?", perguntou Simon.

Freire critica Paulo Renato por rever anistia a ex-servidores públicos

A decisão do ministro da Educação, Paulo Renato, de determinar a revisão de todos os processos de anistia relativos aos integrantes do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) e do Movimento de Cultura Popular foi criticada ontem pelo senador Roberto Freire (PPS-PE). Segundo o senador, a decisão do ministro foi baseada em parecer elaborado pelo consultor jurídico do Ministério da Educação (MEC), Esmeraldo Malheiros.

— Poucas vezes, inclusive como advogado e membro das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara e do Senado, vi reunidas tantas chincanas e tantos argumentos falaciosos como no citado parecer — afirmou Freire.

Roberto Freire explicou que a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Centro Popular de Cultura (CPC) atuaram em cooperação com o Ministério da Educação durante o governo João Goulart, em 1963, com o objetivo de alfabetizar 5 milhões de brasileiros através do Programa Nacional de Alfabetização, utilizando o método Paulo Freire e mil jovens alfabetizadores.

— Todo esse promissor, democrático

co e idealista esforço foi brutalmente interrompido pela ditadura militar instalada em abril de 1964. A UNE e o CPC foram incendiados e fechados, o PNA foi "revogado", e muitos dos seus coordenadores e instrutores foram presos, torturados, cassados e exilados, inclusive os ex-ministros da Educação Paulo de Tarso e Júlio Sambaqui — lembrou Freire.

O senador informou que, em seu parecer, o consultor jurídico do MEC afirma que o Programa Nacional de Alfabetização teve "duração efêmera" e que a sua extinção não teve como objetivo perseguir os "supostos servidores" por motivo político, pois os integrantes do PNA não ocupavam cargo efetivo ou emprego permanente e, por isso, "não se lhes aplica o benefício da anistia".

Freire observou ainda que, como o ministério perdeu os documentos relativos à situação funcional dos integrantes do PNA e do Movimento Cultural Popular, inverte-se o ônus da prova e eles é que teriam que provar sua condição.

— Como minha memória não é efêmera, gostaria de lembrar que entre os efêmeros participantes do



Roberto Freire condenou o governo FHC por "postura equivocada quanto à anistia"

PNA estavam, quando jovens, Betinho, Ferreira Gullar, o senador Roberto Saturnino e o ministro da Saúde, José Serra. O próprio ministro Paulo Renato teve o pai perseguido pela ditadura. O governo Fernando Henrique Cardoso tem uma postura profundamente equivocada em relação à anistia. Aceita esse parecer nitidamente revanchista e não concede a anistia. O que é efêmero é a ditadura militar e o ministro da Educação deveria saber disso — sinalou o parlamentar.



Maguito Vilela cobra providências do governo contra países que estariam praticando *dumping*

Maguito defende reivindicações dos produtores nacionais de leite

A concorrência desleal, as importações danosas, o aumento superior a 25% dos insumos e mão-de-obra e os baixos preços pagos ao produtor nacional de leite, "entre os mais baixos do mundo", estão entre os motivos que levaram o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) a registrar ontem seu apoio integral à pauta de reivindicações formulada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para o setor.

Dados divulgados na última terça pela CNA, segundo o senador, comprovam a ocorrência de práticas desleais e predatórias que prejudicam o produtor nacional e justificaram solicitação pela entidade, ao Departamento de Defesa Comercial, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de aplicação do direito *antidumping* provisório sobre as importações de leite em pó e longa vida originárias da Argentina, Nova Zelândia, Uruguai, Austrália e União Européia. Esses países têm vendido leite em pó ao Brasil a preços bem inferiores aos praticados nos seus próprios mercados, em evidente prática de *dumping*, enfatizou o senador.

— Importações de leite de qualidade duvidosa permanecem sem que as autoridades tomem as providências cabíveis para evitar os abusos, os evidentes riscos para a saúde da população e os enormes prejuízos à economia do país — disse.

Da pauta de reivindicações elaborada pela CNA em defesa da pecuária de leite, Maguito Vilela considerou indispensáveis as seguintes providências: agilidade na investigação das práticas de *dumping*, desburocratização do acesso aos recursos do Proleite; recursos para qualificação da mão-de-obra envolvida na produção e transporte do leite cru; eletrificação rural; e adequação da infra-estrutura viária, para dar maior agilidade ao trânsito dos caminhões-tanque que coletam leite a granel.

Saturnino quer limitar apoio do BNDES ao capital externo

Pelo projeto de lei apresentado pelo senador, o banco será proibido de financiar mais do que 50% do valor total do investimento

A possibilidade de uma nova onda de privatização levou o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) a anunciar ontem projeto de lei de sua autoria que estabelece restrições ao financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a empresas estrangeiras.

Pelo projeto, o BNDES poderá conceder financiamentos a empresas estrangeiras somente para a instalação de unidades produtivas no Brasil, bem como para ampliação de empreendimentos já existentes, desde que não exceda a 50% do valor do dispêndio total. Saturnino apresentou essa proposta devido ao fato de o BNDES ter concedido empréstimo a empresas estrangeiras para comprar estatais brasileiras que foram privatizadas.

— Sou do tempo em que o BNDES não emprestava a empresas estrangeiras e só financiava empresas na-



cionais, até porque essa proibição estava na lei que criou o banco. Os recursos oriundos da poupança nacional deveriam ser empregados apenas em empresas brasileiras. Empresas estrangeiras deveriam trazer capitais para o país, pois a poupança nacional decresceu muito nos últimos anos — ponderou.

Para Saturnino, é impossível proibir, mas está na hora de condicionar os empréstimos para empresas estrangeiras criando mecanismos de

"Sou do tempo em que o BNDES não emprestava a empresas estrangeiras", disse Roberto Saturnino

defesa e uma política de desenvolvimento para a empresa nacional com recursos da poupança interna. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) assinalou que o BNDES tem aumentado a parcela de financiamentos destinados a empresas estrangeiras e deveria, prioritariamente, destinar mais recursos para empresas brasileiras de todos os tamanhos. Suplicy lembrou ainda que o senador Lauro Campos (PT-DF) também já havia apresentado projeto semelhante.

Saturnino explicou que o projeto de Lauro Campos é compatível com o dele, uma vez que condiciona a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que são administrados pelo BNDES, à criação de novos empregos.

ACM diz que guerra fiscal ajuda a desenvolver os estados mais pobres

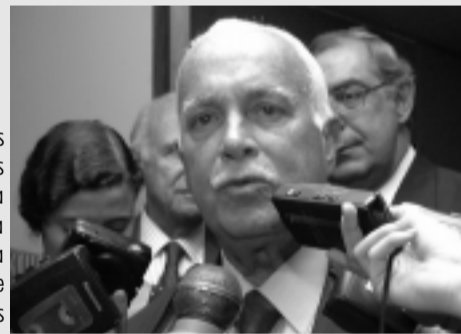
O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a guerra fiscal entre estados brasileiros "é indispensável, enquanto não se criarem mecanismos que possam ajudar os estados mais carentes, sobretudo os do Nordeste, em relação à sua industrialização". Enquanto não surgirem esses mecanismos, acrescentou, "haverá sempre guerra fiscal". A futura reforma tributária, entende Antonio Carlos, poderá "amenizar" esse quadro.

As declarações foram feitas na saída do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, onde o senador participou da reunião em que a bancada do PFL reconduziu por aclamação o deputado Inocêncio Oliveira (PE) à liderança do partido. Ao lado do vice-presidente da República, Marco Maciel, e do presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), Antonio Carlos aplaudiu a recondução de Inocêncio e apoiou seus planos de disputar a presidência da Câmara, na sucessão do atual presidente, Michel Temer. "A candidatura de Inocêncio à presidência da Câmara estará acima dos

partidos", declarou.

O senador revelou que falou por telefone com o governador de São Paulo, Mário Covas, fazendo-lhe um apelo para acabar com a "guerra política", evitando novos ataques a Bahia e ao governo de seu estado, que vem adotando a política de incentivos fiscais. Antonio Carlos avalia como "inútil" essa guerra política, na medida em que a cada ataque o governo baiano "tem que responder à altura". Ao contrário da "guerra política", o presidente do Senado salientou que a "guerra fiscal é indispensável para os estados mais pobres". Ele disse ser "amigo do governador de São Paulo" e que a conversa "foi muito amistosa".

No entender de Antonio Carlos,



Antonio Carlos Magalhães defende a guerra fiscal, mas critica a "guerra política" entre os estados

"não há dúvidas quanto à inconstitucionalidade" do decreto baixado pelo governador paulista no final do ano passado, oferecendo benefícios às empresas do estado para contrabalançar as vantagens fiscais oferecidas por outras regiões do país para atrair indústrias.

A respeito dos rumores sobre a possível saída do ministro da Defesa, Elcio Alvares, o senador observou que o PFL não tem porque entrar na questão, na medida em que o ministro já não integra o partido e sua indicação foi uma escolha "pessoal" do presidente da República. Antonio Carlos destacou, no entanto, que "qualquer um que tenha convivido com Elcio Alvares no Senado conhece seus méritos".

Francelino anuncia recondução de Inocêncio

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comunicou ontem a reeleição, por aclamação, do deputado Inocêncio Oliveira para a liderança do PFL na Câmara dos Deputados, ocorrida pela manhã. Segundo Francelino, a reeleição de Inocêncio é uma demonstração da unidade do partido e da capacidade de liderança do deputado. "Ele está preparado para exercer com destemor a missão que lhe foi confiada", afirmou o senador.

Francelino destacou as presenças do presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC); do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães; do vice-presidente Marco Maciel; e de toda a bancada do PFL na Câmara na reunião em que Inocêncio foi reeleito.

Programa debate Fundo de Combate à Pobreza



A criação do Fundo de Combate à Pobreza é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje,

às 8 horas e às 13h30. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF) analisam a criação do fundo, que tem por objetivo propiciar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência. A matéria é objeto de duas propostas de emenda constitucional em tramitação no Senado, uma de autoria do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e outra da comissão especial mista que tratou do assunto.

Na opinião do senador Maguito Vilela, o governo deve investir na educação e na reforma agrária, que, segundo ele, são as duas bases de combate à miséria. A deputada Maria de Lourdes Abadia defendeu a adoção de programas sociais e o aumento do salário mínimo como meios de melhorar as condições de vida da população. Ela sustenta que um fator relevante no combate a miséria é redistribuição de renda.



Mozarildo destaca como louvável a preocupação dos dois países com os direitos dos presos

Aprovado acordo sobre transferência de presos

O plenário do Senado aprovou ontem e vai promulgar o Acordo sobre Transferência de Presos, celebrado em 1998 entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) considerou louvável a preocupação dos dois países em conferir aos seus cidadãos essa possibilidade:

— As razões de ordem humanitária têm estado presentes no direito penal moderno e é norma constante da Constituição brasileira assegurar ao preso a assistência da família — argumentou o parlamentar, em seu parecer. O acordo permite a qualquer das partes a iniciativa da transferência do preso do território de uma delas para o da outra, se o preso tiver interesse em cumprir pena no seu país de origem.

Proibição de postos de auto-serviço é sancionada

Projeto de lei que proíbe a utilização de bombas automáticas nos postos de gasolina foi sancionado pelo presidente da República ontem. A matéria, oriunda da Câmara, foi aprovada no Senado em dezembro, tendo recebido parecer favorável elaborado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Heloísa Helena disse que a proibição de funcionamento das bombas de auto-serviço irá preservar o emprego de 300 mil frentistas. “Se considerarmos suas famílias, estamos protegendo um milhão de pessoas do fantasma do desemprego”, enfatizou.

O projeto prevê aplicação de multa equivalente a duas mil Ufirs ao posto de gasolina infrator e à distribuidora a qual o posto estiver vinculado. Em caso de reincidência a multa será dobrada. No terceiro descumprimento da legislação o posto será fechado.

Senadores apóiam mudanças na PEC das câmaras municipais

Na opinião de três integrantes da oposição, alterações feitas pela Câmara melhoraram projeto que limita gastos dos vereadores

Durante a discussão da proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Paulo Hartung (PPS-ES) mostraram ontem a importância de a matéria ser aprovada, mesmo depois de alterada pela Câmara. O projeto original era do Senado e o texto aprovado na Câmara voltará a ser debatido na sessão de hoje, marcada para as 10h.

Depois de lembrar que a proposta original foi apresentada pelo ex-senador Esperidião Amin, inspirado num episódio em que a Câmara Municipal de Betim (MG) remanejou recursos

destinados à educação e à limpeza pública para aplicar na própria câmara, José Eduardo Dutra disse que preferiria o texto aprovado no Senado.

Conforme explicou, o texto da Câmara flexibilizou demais as normas. “Vou votar pragmaticamente”, anunciou Dutra, observando que se o Senado resolver manter o texto original, a matéria voltará para a Câmara. Ele afirmou que o *lobby* das câmaras de vereadores junto aos deputados poderá prorrogar a votação dessa matéria por mais um ano, o que será prejudicial ao país. “Vou votar favoravelmente, embora esse projeto seja pior

que o do Senado”, acrescentou.

Eduardo Suplicy também se disse favorável à aprovação da PEC, reconhecendo que a Câmara melhorou o texto. Paulo Hartung entendeu que o texto votado no Senado era, indiscutivelmente, mais rígido em relação aos percentuais de receita tributária que podem ser aplicados nas câmaras municipais. Mas reconheceu que o substitutivo da Câmara traz um avanço, no sentido de criar faixas em relação à remuneração dos vereadores. “Esse projeto, mesmo com as ressalvas apresentadas, tem um importante papel no controle fiscal do país”, disse ele, anunciando seu voto favorável.



Patrocínio acha que certas leis, distantes da realidade, não trazem benefícios

Patrocínio quer reduzir idade mínima para trabalho

A proibição constitucional de ingresso no mercado de trabalho a menores de 16 anos está prejudicando muitos adolescentes e suas famílias, na opinião do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Ele apresentou ontem, em plenário, proposta de emenda à Constituição (PEC) alterando a idade mínima para 15 anos, salvo para os aprendizes, a partir de 14 anos. Conforme a proposta, o trabalho noturno, perigoso ou insalubre fica proibido aos menores de 18 anos:

— Certas normas jurídicas, distantes da realidade social que vivemos, deixam de representar contribuição válida para um ordenamento legal efetivamente justo — disse Patrocínio, lembrando a fixação do limite de idade em 16 anos pela Emenda Constitucional 20, de 1998.

Segundo o senador, uma forte razão a favor da sua proposta é o elevado número de menores que, sem acesso, por motivo de idade, ao mercado formal de emprego, recorre ao trabalho informal nas ruas, muitas vezes recebendo apenas o suficiente para um modesto prato de comida.

Patrocínio lembrou que as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) fixam o limite mínimo em 15 anos, mas abrem a possibilidade do ingresso aos 14 anos, na condição de aprendiz, desde que os países-membros da organização desenvolvam políticas de elevação progressiva da idade de ingresso.

Conforme o senador, é preciso observar, de um lado, que a criança brasileira em geral começa a estudar aos sete anos e termina o primeiro grau aos 15 anos. Assim, exceto na condição de aprendizes os adolescentes passam um ano fora do mercado:

— Todos sabem também que, quando se trata do aprendizado do menor, instituições como o Senai, o Senac e o Senar não têm capacidade para o atendimento da demanda existente.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) disse que não se deve acreditar que apenas a aprovação de uma lei mude a realidade social.



Plenário reconduziu, por 67 votos a um, ao cargo de diretor da ANP, Eloi Fernandez y Fernandez

Plenário reconduz ao cargo diretor da Agência Nacional de Petróleo

Por 67 votos a um, e duas abstenções, o Senado aprovou ontem mensagem presidencial reconduzindo Eloi Fernandez y Fernandez ao cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A votação foi secreta e os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Artur da Távola (RJ) e Agnelo Alves (PMDB-RN) louvaram as qualidades do indicado, dizendo ser homem de dignidade inatacável.

Lembrando que o diretor da ANP deixou excelente impressão nas respostas que deu quando questionado pela Co-

missão de Assuntos Econômicos, Saturnino disse que o conhece de longa data, atestando ser “figura dedicada à ciência e à tecnologia, além de altamente respeitável nos meios universitários”.

Também disse que Eloi Fernandez y Fernandez vem desempenhando trabalho valioso à frente da ANP, dando ao Brasil e ao Rio de Janeiro perspectivas favoráveis de desenvolvimento. O senador Artur da Távola disse que o diretor da ANP pertence a uma geração de professores formada após 1964 que abriu os olhos para o Brasil quando

não havia democracia. “Ele lutou pelo restabelecimento da ordem democrática e deu sua contribuição técnica ao país, seja como professor da PUC ou como uma das pessoas importantes nessa nova organização da atividade petrolífera brasileira.”

O senador Agnelo Alves disse conhecer Eloi Fernandez y Fernandez de rápidos encontros profissionais, tendo contudo guardado a melhor impressão de seu intelecto. “É homem adequado para a função que está exercendo”, atestou ele.

Quintanilha fala à TV sobre Código Florestal

O convidado do programa *Entrevista*, da TV Senado, hoje, é o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que fala sobre o Código Florestal e a Ferrovia Norte-Sul. O senador analisa as mudanças no código, introduzidas pela medida pro-

visória que determina a redução da área de preservação na Amazônia de 80% para 50%, e no Cerrado de 50% para 20%. O programa vai ao ar às 7h, 12h30 e 20h30.

Em relação à Ferrovia Norte-Sul, Leomar Quintanilha comenta o anú-

ncio do ministro dos Transportes, Elyseu Padilha, de que esse ano o governo deverá lançar o edital de licitação internacional para a construção da ferrovia. Segundo o ministro, a iniciativa privada deverá investir R\$ 1,3 bilhão na ferrovia.

CAE convida Embraer para explicar venda de ações

Comissão de Assuntos Econômicos aprova requerimento de Eduardo Suplicy para ouvir presidente da empresa, comandante da Aeronáutica e representantes dos trabalhadores sobre transação envolvendo controle acionário

A recente crise envolvendo a Empresa Brasileira de Aeronáutica e o Comando da Aeronáutica a respeito das alterações ocorridas na composição acionária da Embraer, e a venda de 20% das ações da empresa ao capital francês levaram a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a convidar o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista, e o presidente da Embraer, Maurício Botelho, para prestarem esclarecimentos a respeito das consequências das duas medidas. A data ainda será marcada.

O requerimento de convocação partiu do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que se mostrou preocupado com os rumos tomados pela Embraer, considerada por ele como uma empresa estratégica no desenvolvimento de novas tecnologias e na defesa do país. Para Suplicy, o Senado "tem o dever de acompanhar" o que se passa dentro da Embraer e ficar atento a sua estratégia de ação.

Além do presidente da Embraer e do comandante da Aeronáutica, também serão ouvidos pela comissão o representante dos trabalhadores no conselho da empresa, Claudemir Marques de Almeida, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Antônio Donizete Ferreira. Suplicy quer saber, entre outros temas, como o Comando da Aeronáutica tem procurado resguardar a importância estratégica da Embraer e qual a participação da empresa no fornecimento e manutenção das aeronaves da FAB.

O requerimento do senador paulista levou a maioria dos membros da comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a levantar dúvidas sobre os destinos da Embraer. Ramez Tebet (PMDB-MS) questionou a validade da operação de venda de 20% das ações da empresa para um consórcio francês. "Essa transação foi eficaz?", indagou o senador, para quem as autoridades não podem ficar restritas a um mero parecer jurídico, ao se referir ao documento da Advocacia Geral da União que considerou válida a operação de venda.

Já Gerson Camata (PMDB-ES) propôs a realização de uma sessão secreta para ouvir os convocados, como forma de se preservar a própria segurança nacional e os interesses comerciais da empresa em nível internacional. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF) apoiou o requerimento de Suplicy, mas entende que os convidados devem ser ouvidos separadamente. Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou-se contra a proposta e defendeu a realização de uma audiência com todos os convidados. Roberto Saturnino (PSB-RJ), Romeu Tuma (PFL-SP), Paulo Souto (PFL-BA), José Alencar (PMDB-MG) e José Eduardo Dutra (PT-SE) também se mostraram favoráveis à convocação das autoridades.



Requerimento de Eduardo Suplicy provocou a manifestação de diversos senadores, preocupados com a venda das ações da Embraer

Aprovada renegociação de dívida com Zâmbia

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem, por unanimidade, autorização para que a União reescale os débitos da República de Zâmbia com o Brasil, que somam US\$ 20,3 milhões. Para o relator da matéria, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a economia de Zâmbia enfrenta graves problemas econômicos, não existindo outra saída para o Brasil a não ser renegociar a dívida. "Ou se renegocia ou nunca receberemos", observou o senador.

Além do mais, no entender de Dutra, o reescalonamento de uma dívida de um país com elevado grau de endividamento e de baixíssima renda *per capita*, como Zâmbia, é uma excelente oportunidade para a regularização da dívida bilateral, além de dar condições a Zâmbia de se ajustar financeira e economicamente perante a comunidade financeira internacional.

A aprovação do reescalonamento da dívida pelo governo brasileiro com a

República de Zâmbia abriu caminho para o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) pedir à comunidade internacional maior atenção e ajuda financeira aos países africanos. Segundo informou, a quase totalidade dos países daquele continente enfrenta recessão econômica e sérias dificuldades nas áreas social e de saúde. "É preciso que se faça alguma coisa para salvar a população africana", advertiu Roberto Saturnino.

Na mesma linha de pensamento, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o mundo não pode ficar alheio ao drama dos países africanos. Conforme lembrou, o continente está em retrocesso, com o agravamento de crises econômicas, sociais e na área de saúde.

Apesar de votar a favor, Francelino Pereira (PFL-MG) disse ser chegada a hora de o Brasil voltar os seus olhos para dentro do próprio país e resolver de uma vez por todas os nossos problemas, principalmente a distribuição de renda, que considera "sinistra".



José Eduardo Dutra: "Ou se renegocia ou nunca receberemos"

Programação monetária mantém ajuste

Na mesma reunião de ontem, a CAE aprovou a programação monetária do governo para o primeiro trimestre de 2000. As autoridades econômicas informam no documento que o ajuste fiscal irá prosseguir, bem como a redução do déficit em conta corrente, "o que provocará a redução gradual dos juros reais".

A programação monetária, por força de lei, tem que ser submetida à CAE, depois de ser aprovada pelo Conselho Monetário Nacional. Após a análise da CAE, a matéria é encaminhada ao plenário do Senado, que somente poderá aprová-la ou rejeitá-la na sua integralidade, sem qualquer alteração.

"É muita responsabilidade e, por isso, é necessário que haja um acompanhamento formal da programação monetária por parte desta comissão", adver-

tiu José Fogaça (PMDB-RS). O senador Jefferson Péres (PDT-AM) concordou com Fogaça e chegou a sugerir a criação de uma subcomissão, no âmbito da CAE, destinada a acompanhar a programação monetária, trimestralmente.

A CAE aprovou, também, pedido de vista do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao ofício do Banco Central sobre a operação de troca de títulos financeiros do tipo Brady por um novo título do tipo Global. A pedido do senador Bello Parga (PFL-MA), a comissão aprovou, ainda, a retirada de pauta da mensagem do Executivo solicitando autorização do Senado para contratar operação de crédito no valor de US\$ 5,05 milhões, junto ao Banco Mundial, que seriam aplicados em projetos para tornar mais eficiente o sistema de segurança do país.

Moreira Mendes quer disciplinar setor de seguros

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) conclamou o governo a regulamentar o artigo da Constituição que trata do sistema financeiro nacional, para disciplinar o setor de seguros no país. "Os grandes bancos não devem ser autorizados a trabalhar com seguros, porque se utilizam de sua estrutura para fazer concorrência desleal às empresas de seguros, em especial às pequenas", disse o senador, em discurso ontem.

Para Moreira Mendes, uma das questões a ser levantada é a dos preços, reconhecidamente elevados, tanto no setor de seguros quanto no de previdência privada. "Além disso, os segurados brasileiros podem passar por decepções profundas no momento em que precisam das seguradoras. Nos órgãos de defesa do consumidor, as queixas contra as companhias de seguro estão entre as mais frequentes", afirmou.

O senador destacou que as seguradoras querem fazer valer "a lei de Gerson", levando vantagem sempre. "Segundo a conceituada Companhia Su-

íça de Resseguro, os bons resultados das seguradoras brasileiras se devem a práticas de acordos de preços das grandes companhias, formando nichos garantidos por uma legislação protecionista e comprometida com esses interesses", ressaltou.

Moreira Mendes explicou que muitos analistas esperam que a presença mais efetiva de seguradoras estrangeiras, aliada ao fim do monopólio do resseguro pelo Instituto de Resseguros do Brasil, possa acarretar uma queda de preços. "Somente assim, e com a aprovação de uma legislação mais rigorosa em relação aos direitos dos consumidores, será possível obter a ampliação do setor de seguros com benefícios para camadas mais amplas da população", disse ele.



Moreira: acordos de preços garantem a lucratividade

Tocantins ganha distrito rodoviário independente

Celebrando o fato de que Tocantins alcançou autonomia na gerência de sua malha rodoviária, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) anunciou ontem a assinatura, em solenidade no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), do decreto de criação do 23º Distrito do DNER, naquele estado. Antes, a malha rodoviária tocantinense estava sob



Leomar Quintanilha: estado poderá ter melhor conservação das rodovias

novo distrito do DNER viabilize a mudança da matriz de transporte nacional — que atualmente prejudica as regiões mais pobres. Nesse sentido, observou, a finalização da Ferrovia Norte-Sul é uma luta de caráter nacional, pois seus benefícios extravasam os limites das regiões Norte e Centro-Oeste.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que também par-

ticipou da cerimônia de criação do distrito do DNER, afirmou que a solenidade foi a culminância de cerca de dez meses nos quais a bancada federal do estado, juntamente com o governador Siqueira Campos, reivindicaram a autonomia enfim conquistada. Segundo o senador, Tocantins funciona como uma espécie de meio de campo onde se cruzam vias de transporte que interligam as regiões próximas entre si e com o restante do país. É por isso que os investimentos estaduais nas vias de transporte têm rendido home-nagens de outros estados ao governador do Tocantins, disse ele.

O potencial hídrico do Brasil, na opinião de Quintanilha, é subutilizado, pois as bacias hidrográficas poderiam estar prestando serviços inestimáveis de transporte, irrigação e atividades pesqueiras. A expectativa do senador é de que o

Plenário aprova voto de pesar pela morte do ex-senador Paulo Torres

A requerimento do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e do líder do governo na Casa, José Roberto Arruda (PSDB-DF), o plenário do Senado aprovou ontem homenagens em memória do ex-senador, ex-presidente do Senado, ex-governador do Rio e ex-deputado federal Paulo Torres, falecido na última terça-feira.

As homenagens incluem inserção em ata de voto de profundo pesar, assim como a apresentação de condolências à família, ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército.

Nascido em Cantagalo (RJ), além da carreira política, Paulo Torres seguiu também a carreira militar, onde chegou à patente de marechal.

Valadares e Dutra homenageiam economista e jornalista sergipano

O plenário também aprovou requerimento dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Eduardo Dutra (PT-SE) para inserir em ata voto de pesar pela morte do jornalista e economista Paulo Barbosa de Araújo, ocorrida no último dia 7, em Aracaju (SE).

Conforme Valadares, Araújo exerceu intensa militância política, lutou pelo fortalecimento do socialismo e foi figura conhecidíssima no meio político e

social do estado, tendo participado da elaboração de planos e programas de governo. Ele informou que, eleito presidente do Conselho Regional de Economia de Sergipe, Araújo foi sepultado exatamente no dia marcado para tomar posse. Ao subscrever as palavras de Valadares, o senador José Eduardo Dutra disse tratar-se de merecida homenagem a um homem que honrou Sergipe na sua luta por uma sociedade mais justa.

Lúdio lembra memória de Vitor Brito

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) prestou ontem homenagem ao engenheiro Vitor Andrade Brito.

Recentemente falecido em Minas Gerais, onde exerceu o cargo de secretário

de estado do Planejamento, Vitor Brito também foi lembrado pelos senadores José Alencar (PMDB-MG) e Francelino Pereira (PFL-MG), que se associaram à homenagem proposta por Lúdio.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Entrevista – Senador Leomar Quintanilha fala sobre o Código Florestal e a Ferronorte
7h30 – Jornal do Senado
7h55 – Senado em Pauta
8h – Debate – Senador Maguito Vilela e a deputada Maria de Lourdes Abadia falam sobre Fundo de Combate à Pobreza
8h55 – Senado em Pauta
9h – Revista da Comissão Mista da Pobreza
9h30 – Entrevista – Senadora Emilia Fernandes fala

sobre violência contra a mulher
9h55 – Senado em Pauta
10h – Sessão Plenária do Senado Federal (ao vivo)
Logo após – Sessão Conjunta da CRE e CCI (ao vivo)
14h30 – Sessão Plenária do Senado Federal (representação)
18h30 – Revista da Comissão Mista da Pobreza
19h – Seminário – Amazônia
20h30 – Entrevista – Senador Leomar Quintanilha fala sobre o Código Florestal e a Ferronorte
21h – Jornal do Senado
21h30 – Revista da Comissão Mista da Pobreza
22h – Especial – Abruços (4º episódio)
22h30 – Sessão Plenária (representação)



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Subcomissão de Cinema ouvirá ministro da Cultura

Diretores de TV e de empresas que deixaram de financiar a produção nacional também devem ser convidados para depor

O ministro da Cultura, Francisco Wefort, e o diretor de TV, Daniel Filho estão entre os nomes que deverão ser convidados para participar das audiências públicas que a Subcomissão do Cinema Brasileiro pretende realizar no primeiro semestre deste ano. Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e José Fogaça (PMDB-RS), presidente e relator da subcomissão, respectivamente, informaram que deverão realizar uma reunião nos próximos dias para definir a pauta de trabalho de 2000. Ela deverá incluir a realização de pelo menos oito audiências públicas, com ênfase nos setores de televisão e financiamento de projetos audiovisuais.

Instalada em junho de 99 com o objetivo de propor a reformulação da legislação que regulamenta as atividades audiovisuais, a subcomissão teve seu prazo de funcionamento prorrogado até o final deste ano. A realização de audiências públicas, segundo Francelino, deveu-se à necessidade de os integrantes da subcomissão terem uma visão mais precisa das dificuldades enfrentadas pelo setor.

A expectativa é a de que o parecer que o senador Fogaça apresentará ao final dos trabalhos inclua uma série de propostas voltadas para fortalecer economicamente e



Francelino quer discutir formas de a TV exibir mais filmes nacionais

viabilizar o audiovisual brasileiro, como forma de expressão do povo. No ano passado, a Subcomissão do Cinema Brasileiro ouviu os depoimentos de produtores, diretores, distribuidores e exibidores. No total, foram 13 convidados – entre os quais, Luís Carlos Barreto, Nelson Pereira dos Santos, Gustavo Dahl, Luiz Severiano Ribeiro, Marisa Leão e José Carlos Avelar.

FINANCIAMENTO

As presenças de Francisco Wefort e de Daniel Filho deverão, segundo Francelino Pereira, ampliar as discussões sobre pontos-chave na elaboração de uma nova política para o cinema. O ministro deverá esclarecer, entre outras coisas, quais as medidas que deverão fazer parte da regulamentação do novo Código de Telecomunicações, que se encontra em fase de

preparação no Ministério das Comunicações.

Quanto a Daniel Filho, além de ator, diretor e roteirista experiente, conhece por dentro as relações do cinema com a maior rede de televisão do país, a Rede Globo, da qual é funcionário. O senador lembra que há consenso entre o pessoal ligado ao cinema quanto à necessidade de os canais de televisão exibirem os filmes brasileiros. Com a avalanche de filmes norte-americanos dentro do mercado brasileiro, “corremos o risco de perder nossa própria identidade se não reagirmos através do fortalecimento da indústria audiovisual”, alertou Luís Carlos Barreto.

Também deverão participar das audiências públicas representantes de grandes empresas estatais que financiavam atividades cinematográficas e que, depois de privatizadas, deixaram de fazê-lo. Outro segmento que a Subcomissão do Cinema espera ouvir são os representantes das grandes distribuidoras multinacionais que operam no Brasil, como a Warner e a Columbia, entre outras.

Eduardo Siqueira Campos destaca trabalho do Senado



Eduardo Siqueira Campos: quase 2.500 matérias foram aprovadas nos últimos quatro anos

Ao fazer uma análise sobre os trabalhos desenvolvidos durante o ano passado no Senado, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que as CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro deixarão o Brasil diferente se forem adotadas as medidas propostas em decorrência das suas investigações e conclusões. Em sua avaliação, nada disso seria possível se não fosse a competência e a capacidade de liderança do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, escudado pela equipe da Mesa do Senado e pelos integrantes da Casa.

Eduardo Siqueira Campos também destacou a qualidade dos trabalhos do Senado, que tem legisla-

ções da sociedade.

– Foram mais de 500 matérias apreciadas até novembro do ano passado, quase 2.500 nesses últimos quatro anos. Dessas matérias, 1.864 foram aprovadas, incluindo medidas constitucionais, medidas provisórias, leis ordinárias, aprovação de autoridades para funções diplomáticas e administrativas – disse o senador.

Eduardo Siqueira Campos afirmou ainda que a Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza despertou uma nova consciência sobre as extremas desigualdades sociais e regionais do país no Parlamento, na área governamental e na sociedade brasileira.

– Se no passado os índices de crescimento do PIB ou da riqueza

nacional geraram esta imensa dívida social, hoje, graças a essa nova consciência, deve-se dizer que os aspectos distributivos e a questão do emprego e da renda estão começando a pesar como elemento essencial na formulação das estratégias de desenvolvimento e nas preocupações de ingresso do país no Primeiro Mundo e na economia globalizada – concluiu.

CCJ aprova projeto que define crimes dos juizes

Proposta recebeu 11 votos a favor na comissão, mas diversos senadores argumentaram que o assunto teve pouco tempo para análise. Por isso, antes de seguir para a Câmara, questão deverá ser examinada pelo plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade dos magistrados. Relatado favoravelmente pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), o projeto recebeu 11 votos a favor. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) se absteve de votar, argumentando ter tido pouco tempo para examinar a matéria.

Além dos delitos previstos no artigo 95 da Constituição e na Lei 1.079/50, o projeto de Souto tipifica como crimes de responsabilidade, por exemplo, o extravio de processo ou documento e o desrespeito a regras jurisdicionais ou de competência para favorecer uma das partes em processo judicial. Também será considerado crime de responsabilidade de condenar a Fazenda Pública em ação de desapropriação, ou em

qualquer tipo de ação, ao pagamento de indenização flagrantemente desproporcional ao preço de mercado do bem imóvel:

— A partir dos resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Judiciário e atendendo à demanda dos próprios tribunais apre-

sentei o projeto de definição dos crimes já que havia uma lacuna jurídica. Só os crimes de ministros do Supremo Tribunal Federal estão definidos em lei — disse Souto.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) declarou seu voto favorável ao projeto, observando que ele

provavelmente voltará ao Senado depois de modificações na Câmara. O relator, senador Jefferson Péres, disse que o projeto ficou pouco tempo em debate:

— Isso pode nos deixar em situação constrangedora perante a Câmara dos Deputados, que irá apre-

ciar o projeto. Seria de se perguntar se não estamos agindo com certa precipitação — disse Jefferson.

Diante das declarações do relator, os senadores decidiram apresentar, oportunamente, um recurso para que a matéria seja examinada pelo plenário do Senado.



Na reunião da CCJ, os senadores decidiram apresentar recurso, no momento oportuno, para que a matéria seja apreciada também pelo plenário

Senadores não chegam a consenso sobre julgamento de magistrados

A discussão sobre a possibilidade de os magistrados serem julgados, no caso de crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dominou ontem os debates da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Diante da falta de consenso sobre o assunto, o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), decidiu conceder vista ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS) da proposta de emenda à Constituição (PEC), do senador Paulo Souto (PFL-BA), que transfere ao STF a competência para julgar juizes e desembargadores.

— O corporativismo não deixa que um juiz de direito seja punido por um Tribunal de Justiça. Não leva à condenação jamais. A proposta tem o mérito de tentar evitar a impunidade de juizes, principalmente no âmbito estadual, mas a matéria é controversa — resumiu o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O debate na comissão seguiu-se à apresentação do parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA), favorável à proposta de Souto, que foi relator da CPI do Judiciário. Para Tebet, presidente da CPI, a PEC, ao definir o STF como instância julgadora, tenta garantir que



Ramez Tebet: CPI do Judiciário percebeu o corporativismo que existe nos tribunais do país

os magistrados sejam julgados, mas tem a desvantagem de eliminar a possibilidade de recurso à decisão.

— Percebemos na CPI o corporativismo que existe nos tribunais do país. Devemos acabar com os privilégios, com o corporativismo, mas não podemos acabar com o duplo grau de jurisdição. Essa matéria requer um estudo mais aprofundado — argumentou Tebet.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o julgamento de crimes de responsabilidade, de acordo com a Constituição, têm apenas um grau de jurisdição. Na mesma linha, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que o julgamento por crime de responsabilidade

de tem natureza política e que o Senado afastou um presidente da República sem que houvesse possibilidade de recurso.

Já Amir Lando (PMDB-RO) acredita que o STF está assoberbado e que também não tem sido eficiente no julgamento dos magistrados e outras autoridades já listadas pela Constituição de 1988.

— Acho que a emenda não vai contribuir para melhorar a prestação jurisdicional para coibir os crimes de responsabilidade de magistrados. Acho que não vai melhorar em nada. Os processos no Supremo demoram até décadas para serem julgados e o tribunal não está preparado para instruir processos — disse Lando.

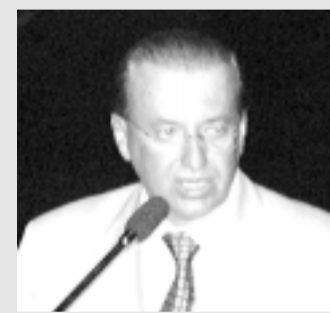
Para Roberto Freire (PPS-PE), como o STF não participaria da instrução criminal, a proposta de Souto tem méritos justamente por retirar a apuração da esfera do Judiciário. Presente à CCJ, o autor da matéria entende que sua proposta não iria “engarrifar” a pauta do STF, pois os julgamentos devem ser simples, especialmente se for aprovado projeto de lei da CPI do Judiciário que define os crimes de responsabilidade de magistrados.

Trabalhador deve receber de volta o que inflação tirou nos últimos anos, sugere Valadares

A elevação dos índices de aumento de preços acumulados durante os primeiros cinco anos de Plano Real, constatada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), levou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a defender um imediato reajuste salarial para os trabalhadores. Para ele, os assalariados não podem mais serem “penalizados com congelamento salarial”.

À primeira vista não haveria por que contestar a orientação dos meios de comunicação, que têm insistido em noticiar que o processo inflacionário está sob controle, disse. Os dados da FGV confirmam em parte esse ponto de vista, apontou o senador, pois uma inflação acumulada de 85,3% ao longo de cinco anos do Plano Real seria praticamente nada, comparativamente aos índices alcançados antes da implantação da nova moeda.

O exame de alguns preços específicos, com “aumentos alarmantes” por seu impacto no orçamento das



Segundo Valadares, nos últimos cinco anos, as tarifas públicas subiram 292,65% famílias de trabalhadores, demonstra, no entendimento do senador, que houve, sim, inflação.

No seu conjunto, as tarifas do governo registraram um aumento médio de 292,65%, entre as quais Valadares destacou a de telefone (291,9%), gás de cozinha (208,18%), gasolina (129,28%) e energia elétrica (122,84%). Outro item importante ressaltado pelo senador foi o dos preços da habitação, que acumularam aumento de 212,15%.